



## EDUCAÇÃO

Projetos de lei buscam piso salarial e reestruturação da carreira. Ao **Correio**, o deputado federal Rafael Brito (MDB-AL) comentou sobre os desafios do setor e o trabalho da bancada da educação na Câmara em 2025

# Pela valorização do ensino do país

» ALICIA BERNARDES\*

A valorização profissional e a melhoria da qualidade da educação brasileira estão entre os principais desafios do setor. A Câmara aprovou projetos importantes que visam a reestruturação da carreira docente e a regulamentação do Sistema Nacional de Educação (SNE), com o objetivo de atrair novos educadores e evitar a evasão escolar. Ao **Correio**, o deputado federal Rafael Brito (MDB-AL), presidente da Frente Parlamentar da Educação, destacou a importância das propostas.

Segundo ele, é necessário garantir o piso salarial para professores temporários e a uniformização das carreiras de apoio, além de defender a manutenção da restrição para cursos 100% a distância, o chamado Ead, na formação de novos profissionais. Brito ressaltou que o SNE, em conjunto com o novo Plano Nacional de Educação (PNE), trará elementos cruciais para as mudanças.

"O SNE, do qual sou relator,

trará fortes elementos para a valorização profissional. Não sei ainda como estará no texto final, mas pode ter certeza que essa será uma das tônicas principais", afirmou.

Entre as iniciativas legislativas, o deputado citou o Projeto de Lei 2387/23, que reconhece professores de educação infantil como membros da categoria do magistério, garantindo-lhes o acesso ao piso salarial nacional. No ano passado, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Casa aprovou a matéria, que inclui os professores de educação infantil como profissionais do magistério. Assim, poderão ter assegurados direitos como plano de carreira e o piso salarial do magistério.

Outro ponto crucial para a bancada é o PL 672/25, de autoria do próprio deputado Rafael Brito, que concede automaticamente aos professores contratados temporariamente o direito ao piso do magistério. De acordo com o parlamentar, a medida busca corrigir um limbo jurídico que permite a muitos gestores pagar menos



**Mais de 50% dos professores, atualmente, no Brasil são contratados de forma temporária e recebem menos do que o piso do magistério. Além disso, muitos são demitidos no final de novembro e ficam sem receber dezembro e janeiro, sem direito a férias ou 13º\***

Rafael Brito, deputado federal

a esses profissionais.

"Mais de 50% dos professores, atualmente, no Brasil são contratados de forma temporária e recebem menos do que o piso do magistério. Além disso, muitos são demitidos no final de novembro e ficam sem receber dezembro e janeiro, sem direito a férias ou 13º. Isso é inaceitável", criticou.

O político ressaltou o Projeto de Lei 2531/21, que cria o piso nacional para os demais servidores da educação, como secretários

escolares e merendeiras, visando organizar e equalizar as remunerações em todo o país. A fonte de financiamento para todos esses pisos, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), teve o maior crescimento da história nos últimos anos, o que, para Rafael Brito, elimina o argumento de falta de recursos.

Os principais entraves para a valorização da carreira docente,

de acordo com o deputado, residem na falta de "vontade" política e na dimensão da categoria. "O maior entrave talvez seja porque estamos tratando de uma categoria gigantesca de pessoas. Mas tem dinheiro para isso, tem o Fundeb. Por que não temos uma lei, por exemplo, que o rateio deste ano automaticamente vira ganho salarial no próximo ano?", questionou. Ele argumenta que essa medida acabaria com a prática de rateios desvinculados da valorização real do professor.

A bancada da educação, segundo o parlamentar, concentra seus esforços na aprovação do SNE e do PNE em 2025, considerados os projetos mais importantes para o setor. "O SNE tem poder de decisão, define regras e pode decidir muitas coisas em relação à valorização profissional", disse.

A regulação dos contratos temporários, na visão do deputado, terá um impacto total na qualidade do ensino. "O certo é o professor ser efetivo. Para que você garanta uma continuidade de carreira, vínculo do ser humano com

### » Feghali lança livro

A deputada federal e artista Jandira Feghali (PCdoB-RJ) lança, em 10 de junho, em Brasília, o seu primeiro livro, *Cultura é Poder*, em que defende a política cultural como instrumento de transformação social e desenvolvimento. A obra, ao longo de pouco mais de 200 páginas, busca discutir a força da cultura para influenciar processos sociais, históricos e econômicos do Brasil. O prefácio é assinado pela cantora, compositora e atual ministra da Cultura, Margareth Menezes.

a instituição de ensino. Um professor temporário passa um ano em uma escola, no outro pode ir para outra, você não cria vínculo, e a educação sem vínculo não funciona", ponderou.

\*Estagiária sob a supervisão de Luana Patriolino

**SKECHERS**  
**HANDS FREE**  
**Slip-ins**  
**GLIDE-STEP**

**É SÓ CALÇAR E SAIR**

MÃOS LIVRES

Apresentamos o novo Skechers Hands Free Slip-Ins®. Calçar os seus sapatos nunca foi tão fácil. Sem abaixar. Sem puxar. Sem dificuldades.

**O design único Heel Pillow™ mantém seus pés seguramente no lugar!**

NUNCA MAIS TOQUE NOS SEUS CALÇADOS

**LAVÁVEL NA MÁQUINA**

Disponível para homens, mulheres e crianças  
COMFORT TECHNOLOGY COMPANY™

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



Rafael Brito é presidente da Frente Parlamentar da Educação e defende a valorização dos profissionais

## Inscrição do Enem prorrogada

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) ampliou o prazo de inscrições do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) até 13 de junho. Para se inscrever, o candidato deve acessar a Página do Participante, no site oficial da iniciativa. O canal é exclusivo para a realização da prova.

Pela primeira vez, os estudantes do 3º ano do ensino médio matriculados em escolas públicas estão pré-inscritos automaticamente no Enem 2025. No entanto, eles precisam confirmar seus dados pessoais e escolher o idioma da prova de língua estrangeira, entre inglês ou espanhol.

Após concluir o preenchimento das informações, o participante deve gerar o boleto bancário da taxa de inscrição, chamado de GRU (Guia de Recolhimento da União), no valor de R\$ 85. Com

a nova data limite de inscrição, o pagamento da taxa pode ser feito até 18 de junho.

### Data do exame

A prorrogação não alterou a data de realização do exame. Os datas estão mantidas para os dias 9 e 16 de novembro, em dois domingos consecutivos, na maior parte do país. As exceções são as cidades de Belém, Ananindeua e Marituba, que devido à realização da COP30, a conferência do clima da ONU, realizarão as provas nos dias 30 de novembro e 7 de setembro.

O Enem avalia o desempenho escolar dos estudantes ao término da educação básica. O exame é considerado a principal porta de entrada para a educação superior no Brasil, por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e de iniciativas como o Programa Universidade para Todos (Prouni).

Para iniciar o processo de inscrição, a pessoa deve fazer login na Página do Participante com sua conta no portal único de serviços digitais do governo federal, o Gov.br. Ao entrar, o candidato deve informar o número do Cadastro de Pessoa Física (CPF). O sistema informará o nome da mãe cadastrada na Receita Federal, e o candidato terá a opção de digitar o nome do pai.

Também devem ser preenchidos os campos de sexo, cor/raça, estado civil e nacionalidade. Em seguida, o candidato deve indicar estado e município onde nasceu. E, posteriormente, digitar o endereço residencial, com o CEP. O Inep busca distribuir os candidatos em locais de prova que sejam acessíveis, geralmente, próximos ao domicílio ou, pelo menos, na cidade indicada no momento da inscrição. (Agência Estado)